



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SEE/SRE BARBACENA/DIVOFCOMPRAS - Diretoria Administrativa e Financeira / Divisão Operacional e Financeira /
Setor de Compras

v2.2025.02

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA	NÚMERO DAS SOLICITAÇÕES DE COMPRAS	NÚMERO DOS PEDIDOS DE COMPRAS
24/09/2026	DAFI - Diretoria de Administração e Finanças	1261003	1261068 000042/2026	1261003 000067/2026

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Rosana m. de Carvalho Vicentini E-mail: sre.barcacena.compras@educacao.mg.gov.br Ramal para contato: (32) 3052-2059	Superintendência Regional de Ensino de Barbacena Diretoria Administrativa e Financeira/SRE-Barbacena

SUMÁRIO

- 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 6 - PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 7 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
- 8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 9 - HABILITAÇÃO
- 10 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
- 11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 12 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da prestação de serviços de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de monitoramento eletrônico, por meio de videovigilância, com filmagem em DVR e câmeras, incluindo todos os equipamentos e demais itens necessários à execução dos serviços, bem como sua instalação, em regime de comodato, contemplando sensores, central de alarme e disponibilização de viaturas no local, quando necessário, para atendimento da demanda, na sede da Superintendência Regional de Ensino de Barbacena, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1	4740	SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA ELETRONICA	-	00599 - 1,00 ANO	1	1.466,67	R\$17.600,08

1.2. Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

1.2.1. Compra com lote exclusivo para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

1.3. Da Contratação:

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até no máximo de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.3.1.1. A presente prestação de serviço é enquadrada como continuada, sendo a vigência plurianual mais vantajosa para a Administração.

1.3.2. O contrato (ou outro instrumento que o substitua) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. Descrição da Solução:

1.4.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento eletrônico, por meio de vídeo vigilância e sistema de alarme monitorado, incluindo o fornecimento, instalação, configuração, operação, manutenção preventiva e corretiva e eventual substituição dos equipamentos e demais componentes necessários à adequada execução dos serviços, em regime de comodato, bem como a disponibilização de viatura e equipe para atendimento dos alarmes, quando necessário.

1.4.2. Os serviços serão prestados na sede da Superintendência Regional de Ensino de Barbacena – SRE/Barbacena, localizada na Avenida Bias Fortes, nº 02, Centro, Barbacena/MG, CEP 36.200-068, cuja área total edificada é de aproximadamente 2.400 m², distribuída em 08 (oito) pavimentos.

1.4.3. O serviço de monitoramento eletrônico será prestado de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, durante os 12 (doze) meses de vigência contratual, contemplando vídeo vigilância, monitoramento do sistema de alarme e atendimento presencial de ocorrências, mediante disponibilização de viatura e equipe, quando necessário.

1.4.4. A contratada deverá fornecer, instalar, configurar, manter e, quando necessário, substituir os equipamentos e componentes integrantes do sistema, sem prejuízo da continuidade dos serviços e sem ônus adicional para a Administração, quando a necessidade decorrer de falha, defeito ou mau funcionamento dos equipamentos disponibilizados.

1.4.5. Instalação e funcionamento do sistema:

1.4.5.1. A instalação deverá contemplar toda a mão de obra, materiais, insumos, acessórios e demais elementos necessários ao pleno funcionamento dos sistemas de alarme e vídeo vigilância. Os equipamentos deverão ser instalados de forma tecnicamente adequada, observando-se as características dos ambientes e buscando-se a melhor qualidade de imagem, cobertura e eficiência possíveis. As câmeras deverão ser devidamente posicionadas, reguladas e anguladas de modo a proporcionar adequada visualização dos ambientes e das pessoas que neles transitam. Os sensores de alarme deverão ser posicionados de forma estratégica, considerando as características e a configuração dos ambientes da sede da SRE/Barbacena, de modo a proporcionar adequada cobertura e eficiência do sistema. A definição final dos pontos de instalação deverá ser realizada pela contratada, em conjunto com a Administração, considerando as condições físicas do imóvel e a necessidade de cobertura dos ambientes.

1.4.5.2. Toda a instalação deverá ser realizada de forma embutida e protegida, sem cabos expostos, mediante utilização de eletrodutos, canaletas/eletrocalhas ou outros meios tecnicamente adequados para proteção e organização da fiação, com sistema de fixação compatível com as características do local. A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à instalação e, quando houver necessidade de intervenção em paredes, pisos, forros, esquadrias ou demais elementos construtivos, deverá realizar a adequada recomposição e acabamento do local, incluindo, conforme a necessidade, materiais elétricos, alvenaria, esquadrias metálicas, madeira, PVC, vidro e/ou pintura.

1.4.5.2.1. **Sistema de alarme:** deverá possibilitar a comunicação imediata entre a sede da SRE/Barbacena e a central de monitoramento da contratada, permitindo o recebimento e tratamento dos sinais de alarme e o acionamento das providências necessárias. O sistema deverá ser composto, no mínimo, pelos seguintes equipamentos:

Item	Equipamento	Quantidade
01	Sensor de infravermelho PET	16 unidades
02	Sirene 120 dB	01 unidade
03	Bateria 12 V	01 unidade
04	Teclado de alarme alfanumérico	01 unidade
05	Caixa de proteção	01 unidade
06	Transformador	01 unidade
07	Central de alarme monitorado	01 unidade

1.4.5.2.1.1. A central de alarme deverá permanecer permanentemente conectada ao sistema de monitoramento, possibilitando a comunicação dos eventos à central de monitoramento da contratada. O sistema deverá possuir alimentação adequada e permanecer em funcionamento durante eventuais interrupções do fornecimento de energia elétrica, mediante utilização do sistema de alimentação de emergência previsto na solução.

1.4.5.2.2. **Sistema de vídeo vigilância:** deverá possibilitar a visualização, gravação, armazenamento, reprodução e acesso remoto às imagens captadas pelas câmeras instaladas. O sistema será composto, no mínimo, pelos seguintes equipamentos e materiais:

Item	Equipamento	Quantidade
01	DVR AHD de 16 canais	01 unidade
02	HD de 4 TB	01 unidade
03	Câmera infravermelho, tipo bullet, lente 2,8 mm, resolução de 2 MP	16 unidades
04	Fonte de alimentação 12 V / 20 A	01 unidade
05	Rack organizador metálico, com prateleira e organizadores de cabos	01 unidade
06	Tela/monitor de 32 polegadas para visualização das imagens em tempo real	01 unidade
07	Nobreak com autonomia mínima de 02 horas	01 unidade
08	Conectores	Quantidade necessária à instalação
09	Cabeamento	Quantidade necessária à instalação
10	Eletrodutos, canaletas/eletrocalhas e respectivos sistemas de fixação	Quantidade necessária à instalação

1.4.5.2.2.1. As quantidades indicadas constituem os quantitativos necessários para a execução da solução prevista nesta contratação.

1.4.5.2.3. **DVR e ocupação dos canais:** o DVR deverá possuir capacidade mínima de 16 (dezesseis) canais, compatível com todas as câmeras previstas na contratação. Considerando a instalação de 16 (dezesseis) câmeras, todos os 16 (dezesseis) canais do DVR ficarão ocupados, sendo destinado 01 (um) canal para cada câmera instalada. O DVR deverá possibilitar a gravação, armazenamento, reprodução e visualização das imagens, bem como o acesso remoto às imagens.

1.4.5.2.4. **Conectividade e acesso remoto:** para viabilizar o acesso externo ao DVR, às imagens das câmeras e aos demais recursos necessários ao monitoramento remoto, a contratada deverá fornecer ou contratar, às suas expensas, link de internet com velocidade mínima de 300 Mbps, durante todo o período de vigência contratual. Caberá à contratada a responsabilidade integral pelo pagamento, contratação, instalação, configuração, manutenção e eventual substituição do link de internet durante os 12 (doze) meses de vigência contratual. A conexão deverá possuir qualidade e capacidade compatíveis com a prestação dos serviços, de modo a garantir o adequado acesso remoto ao sistema de vídeo vigilância e ao sistema de alarme. Eventuais falhas, interrupções ou instabilidades da conexão que comprometam a execução dos serviços deverão ser prontamente solucionadas pela contratada, sem prejuízo da continuidade da prestação.

1.4.5.2.5. **Equipamentos e continuidade do funcionamento:** durante a execução contratual, deverão permanecer instalados, conectados e em condições adequadas de funcionamento os equipamentos essenciais à solução, especialmente:

- DVR;
- câmeras;
- central de alarme;
- equipamentos de comunicação;
- equipamentos de rede;
- demais equipamentos e componentes necessários ao funcionamento dos sistemas.

1.4.5.2.5.1. O nobreak deverá possuir autonomia mínima de 02 (duas) horas, dimensionada de modo a manter os equipamentos essenciais em funcionamento durante eventuais interrupções do fornecimento de energia elétrica. A contratada deverá adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade e a disponibilidade dos sistemas, realizando manutenção, reparos e substituições sempre que identificada falha ou indisponibilidade de equipamento.

1.4.5.2.6. **Monitoramento remoto e central de monitoramento:** o monitoramento será realizado por meio de central de monitoramento da contratada, em regime ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, durante toda a vigência contratual. O acesso remoto deverá compreender, no mínimo, o sistema de vídeo vigilância e o sistema de alarme, possibilitando o recebimento dos eventos e o acompanhamento das imagens disponibilizadas pelo sistema. A comunicação entre os equipamentos instalados na sede da SRE/Barbacena e a central de monitoramento poderá ocorrer por meio de telefonia, rede de dados, operadora de celular ou outra tecnologia compatível com a solução, desde que assegurada a adequada comunicação dos eventos e o funcionamento do serviço.

1.4.5.2.7. **Atendimento aos alarmes:** a contratada deverá disponibilizar viatura e equipe para atendimento dos alarmes, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, sempre que necessário. O atendimento presencial deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contados do acionamento ou comunicação do evento pela central de monitoramento, com deslocamento da equipe até a sede da SRE/Barbacena para verificação da ocorrência e adoção das providências cabíveis no âmbito da solução contratada.

1.4.5.2.8. **Manutenção preventiva e corretiva:** a contratação deverá contemplar a manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema durante os 12 (doze) meses de vigência contratual. A contratada será responsável pela manutenção, reparo e eventual substituição dos equipamentos, peças, componentes e acessórios que apresentarem defeito ou mau

funcionamento, de forma a preservar as condições adequadas de operação da solução. As intervenções deverão ser realizadas sem ônus adicional para a Administração quando decorrentes de falha, defeito, desgaste ou mau funcionamento dos equipamentos disponibilizados pela contratada. A contratada deverá disponibilizar toda a mão de obra, ferramentas, materiais, peças, acessórios e demais recursos necessários à execução dos serviços de manutenção.

1.4.5.2.9. **Responsabilidades quanto aos equipamentos em comodato:** os equipamentos disponibilizados em regime de comodato permanecerão de propriedade da contratada durante e após a vigência contratual. A Administração deverá zelar pela conservação dos equipamentos instalados e utilizá-los de acordo com as orientações fornecidas pela contratada. A contratada deverá substituir, de imediato ou no menor prazo tecnicamente possível, os equipamentos ou componentes que apresentarem defeito ou mau funcionamento, de modo a evitar ou minimizar a interrupção dos serviços. Ao término da vigência contratual, caberá à contratada realizar, quando aplicável, a desinstalação e retirada dos equipamentos de sua propriedade, bem como a adequada recomposição dos locais eventualmente afetados pela retirada dos equipamentos e cabeamentos.

1.4.5.2.10. **Requisitos técnicos e de segurança:** os equipamentos e serviços deverão atender às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis, observadas as características e condições do imóvel. Os equipamentos deverão ser compatíveis entre si e adequados à finalidade a que se destinam, garantindo a integração dos sistemas de vídeo vigilância, alarme, comunicação e rede. A instalação deverá ser executada por mão de obra tecnicamente capacitada, observando-se as boas práticas de instalação, organização, proteção e segurança dos equipamentos e cabeamentos. A solução deverá proporcionar condições adequadas de qualidade, desempenho, confiabilidade e continuidade dos serviços durante todo o período contratual.

1.4.5.2.11. **Solução integrada:** a solução deverá ser fornecida de forma integrada, contemplando todos os equipamentos, materiais, conectividade, instalação, configuração, monitoramento, manutenção, atendimento a ocorrências e demais serviços necessários ao pleno funcionamento do sistema. A contratada será responsável por disponibilizar todos os recursos necessários à execução do objeto, inclusive aqueles indispensáveis à integração e ao adequado funcionamento dos equipamentos relacionados nesta contratação. A solução deverá considerar todo o ciclo de vida dos equipamentos e serviços, desde o fornecimento, instalação e configuração até a manutenção, eventual substituição e retirada dos equipamentos ao término da contratação. A contratação será executada em **lote único**, considerando a necessidade de integração entre os sistemas de alarme, vídeo vigilância, comunicação, conectividade, manutenção e atendimento de ocorrências, de modo a assegurar a responsabilidade de uma única empresa pelo funcionamento conjunto da solução.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade permanente da Superintendência Regional de Ensino de Barbacena – SRE/Barbacena de dispor de serviço especializado de monitoramento eletrônico, mediante vídeo vigilância e sistema de alarme monitorado, para ampliar a capacidade de acompanhamento das instalações e contribuir para a proteção do patrimônio público, dos equipamentos, documentos e demais bens existentes na sede da unidade, bem como proporcionar maior segurança aos servidores e ao público que utilizam os serviços prestados no local.

2.2. A necessidade decorre da inexistência, na estrutura da SRE/ Barbacena, de sistema próprio e de equipe especializada para a execução contínua dos serviços de monitoramento eletrônico, incluindo operação de central de monitoramento, manutenção dos equipamentos, conectividade e atendimento presencial de ocorrências por meio de viatura.

2.3. A contratação permitirá a disponibilização de uma solução integrada de monitoramento eletrônico, com funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, contemplando vídeo vigilância, sistema de alarme, acesso remoto às imagens, armazenamento dos registros, manutenção dos equipamentos e atendimento aos acionamentos de alarme, quando necessário.

2.4. A solução proposta também possibilitará a identificação e o registro de ocorrências por meio das imagens captadas pelas câmeras e dos eventos registrados pelo sistema de alarme, fornecendo elementos que poderão auxiliar a Administração na verificação de situações ocorridas nas instalações e na adoção das providências administrativas cabíveis.

2.5. A contratação mostra-se necessária, ainda, em razão da existência, na sede da SRE/ Barbacena, de equipamentos, mobiliários, documentos, instalações e demais bens públicos que devem ser preservados, bem como da necessidade de assegurar condições adequadas para a continuidade das atividades administrativas desenvolvidas pela unidade.

2.5.1. **Necessidade da contratação:** a contratação se justifica pela necessidade de manter monitoramento contínuo das instalações da SRE/ Barbacena, inclusive fora do horário de expediente, períodos noturnos, finais de semana e feriados, quando não há circulação ordinária de servidores e usuários. A prestação ininterrupta do serviço permitirá o acompanhamento remoto dos ambientes monitorados e o recebimento de sinais de alarme pela central de monitoramento da contratada, com possibilidade de acionamento de viatura e equipe para verificação presencial da ocorrência, quando necessário. A contratação de empresa especializada também possibilitará que os equipamentos permaneçam adequadamente instalados e em funcionamento durante todo o período contratual, mediante manutenção preventiva e corretiva e eventual substituição dos componentes que apresentarem falha ou mau funcionamento. O regime de comodato mostra-se adequado à solução pretendida, uma vez que permite à Administração utilizar os equipamentos necessários ao serviço sem a necessidade de aquisição dos bens para incorporação ao patrimônio público, ficando a contratada responsável pela instalação, configuração, manutenção e eventual substituição dos equipamentos disponibilizados.

2.5.2. **Benefícios diretos e indiretos:**

2.5.2.1. Entre os benefícios diretos decorrentes da contratação, destacam-se:

- monitoramento eletrônico ininterrupto da sede da SRE/Barbacena;
- acompanhamento remoto das imagens captadas pelas câmeras;

- monitoramento dos eventos provenientes do sistema de alarme;
- registro e armazenamento das imagens para eventual consulta e verificação de ocorrências;
- possibilidade de identificação de situações anormais ou eventos que possam comprometer a segurança das instalações;
- atendimento presencial por viatura e equipe, quando necessário, com prazo máximo de 30 (trinta) minutos;
- manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos durante toda a vigência contratual;
- substituição de equipamentos ou componentes que apresentem falhas ou mau funcionamento;
- disponibilização de equipamentos, conectividade e demais componentes necessários ao funcionamento da solução em regime de comodato.

2.5.2.2. Como benefícios indiretos, a contratação contribui para a preservação do patrimônio público, redução da exposição das instalações a situações de risco, melhoria do controle sobre os ambientes monitorados e maior capacidade de resposta da Administração diante de eventuais ocorrências, favorecendo a continuidade das atividades administrativas desenvolvidas na unidade.

2.5.3. **Objetivo da contratação:** o objetivo da contratação é disponibilizar à SRE/Barbacena uma solução especializada, integrada e contínua de monitoramento eletrônico, capaz de proporcionar acompanhamento remoto das instalações, registro de imagens e eventos de alarme, manutenção permanente dos equipamentos e atendimento presencial quando necessário. Busca-se, dessa forma, ampliar a capacidade da Administração de prevenir, identificar, registrar e responder a ocorrências que possam comprometer as instalações, os equipamentos, os documentos e demais bens públicos, contribuindo para a preservação do patrimônio e para a continuidade das atividades da unidade.

2.5.4. **Natureza contínua do serviço:** a necessidade atendida pela contratação possui caráter permanente e prolongado, uma vez que o monitoramento das instalações não se restringe a evento específico ou período determinado, sendo necessário de forma contínua para manutenção das condições de segurança e proteção do patrimônio público. A própria Lei Federal nº 14.133, de 2021, define como serviços e fornecimentos contínuos aqueles contratados pela Administração para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. Nesse contexto, o serviço de monitoramento eletrônico enquadra-se na necessidade de prestação continuada, considerando sua execução ininterrupta e a necessidade permanente de acompanhamento das instalações.

2.5.4.1. A natureza contínua decorre especialmente dos seguintes aspectos:

- Necessidade permanente de monitoramento: o acompanhamento das instalações deve ocorrer 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive fora do horário de expediente, finais de semana e feriados;
- Continuidade da proteção do patrimônio público: a interrupção do serviço reduz a capacidade de detecção e resposta a eventos que possam comprometer as instalações, equipamentos, documentos e demais bens públicos;
- Manutenção permanente dos sistemas: a solução depende do funcionamento integrado de câmeras, DVR, central de alarme, equipamentos de comunicação, rede e demais componentes, exigindo manutenção preventiva e corretiva durante toda a execução contratual;
- Atendimento contínuo de ocorrências: a necessidade de disponibilização de viatura e equipe para atendimento dos acionamentos de alarme permanece durante todo o período de execução;
- Conectividade contínua: o acesso remoto ao sistema depende da manutenção do link de internet disponibilizado pela contratada durante toda a vigência contratual.

2.5.4.2. Assim, a interrupção do serviço entre um período contratual e outro poderá comprometer a continuidade do monitoramento e reduzir a capacidade de resposta da Administração, razão pela qual a contratação deve ser estruturada de forma a assegurar a continuidade da prestação.

2.5.5. **Prazo de vigência:** o prazo inicial da contratação será de 12 (doze) meses, período considerado necessário para assegurar a prestação contínua do serviço e o atendimento da necessidade permanente da SRE/Barbacena. Por se tratar de serviço de natureza contínua, a contratação poderá admitir prorrogações sucessivas, desde que haja previsão no instrumento de contratação, sejam observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e seja demonstrada, pela autoridade competente, a manutenção da vantajosidade das condições e dos preços para a Administração. Nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, desde que atendidos os requisitos legais.

2.5.6. **Consequências da não contratação:** a não contratação poderá resultar na ausência ou redução do monitoramento eletrônico da sede da SRE/Barbacena, especialmente durante os períodos em que não houver circulação ordinária de servidores e usuários. A ausência do serviço poderá aumentar a exposição das instalações, equipamentos, documentos e demais bens públicos a situações de risco, além de reduzir a capacidade de identificação e registro de ocorrências e de resposta aos eventos detectados pelo sistema de alarme. Também poderá haver prejuízo à continuidade das atividades administrativas, caso ocorrências envolvendo as instalações ou os bens públicos resultem em danos que comprometam o funcionamento da unidade. Dessa forma, a não realização da contratação poderá gerar riscos à preservação do patrimônio público, à continuidade das atividades administrativas e à capacidade de monitoramento e resposta da SRE/Barbacena, justificando-se a adoção da solução proposta.

2.5.7. **Conclusão:** diante do exposto, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento eletrônico, mediante vídeo vigilância e sistema de alarme monitorado, com fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, conectividade, manutenção preventiva e corretiva e atendimento presencial por viatura e equipe, mostra-se necessária para atender à necessidade permanente da SRE/Barbacena. A solução proposta apresenta-se compatível com os resultados pretendidos pela Administração, proporcionando monitoramento contínuo das instalações, maior capacidade de identificação e registro de ocorrências, manutenção dos equipamentos e resposta aos acionamentos de alarme, contribuindo para a preservação do patrimônio público e para a continuidade das atividades administrativas da unidade.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Participação de Consórcios:

3.1.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

3.2. Da Participação de Cooperativa:

3.2.1. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.3. Da Subcontratação:

3.3.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada à conectividade, compreendendo a contratação, instalação, manutenção e eventual substituição do link de internet necessário ao acesso remoto ao sistema de vídeo vigilância.

3.3.1.1. A medida se justifica pela natureza específica da atividade, que poderá demandar a atuação de empresa especializada em serviços de telecomunicações, possibilitando maior eficiência e continuidade da conectividade necessária ao funcionamento da solução.

3.3.1.2. A subcontratação ficará restrita a essa parcela, não sendo permitida a transferência das demais obrigações ou da parcela principal do objeto, especialmente o monitoramento eletrônico, a operação dos sistemas de alarme e CFTV, a manutenção da solução e o atendimento às ocorrências.

3.3.1.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive quanto aos serviços executados pela empresa subcontratada.

3.3.2. É vedada a subcontratação total ou das parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a comprovação de capacidade financeira ou técnica.

3.3.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 122, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.3.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme § 1º, art. 122, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.4. Da Sustentabilidade:

3.4.1. A contratação deverá observar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no Decreto Estadual nº 48.938/2024 e nos Manuais de Compras Sustentáveis da SEPLAG/MG, considerando as dimensões ambiental, econômica e social. Serão observadas, especialmente, as seguintes práticas:

3.4.1.1. priorização, sempre que tecnicamente viável, do uso de equipamentos e materiais com maior eficiência energética e maior durabilidade;

3.4.1.2. adoção de medidas para redução do consumo desnecessário de energia elétrica, mantendo os equipamentos em funcionamento apenas nas condições necessárias à execução dos serviços;

3.4.1.3. destinação ambientalmente adequada de equipamentos, componentes, cabos, baterias e demais resíduos eletroeletrônicos eventualmente gerados durante a instalação, manutenção ou substituição dos equipamentos;

3.4.1.4. utilização racional de materiais e insumos, evitando desperdícios durante a instalação e manutenção do sistema;

3.4.1.5. observância das normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis aos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

3.4.2. A comprovação do atendimento aos critérios de sustentabilidade poderá ocorrer mediante especificações técnicas dos equipamentos, documentos do fabricante, diligência da Administração ou outro meio admitido no instrumento convocatório, conforme a natureza da exigência.

3.5. Da Indicação de Marcas ou Modelos:

3.5.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.6. Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:

3.6.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.7. Da Exigência de Carta de Solidariedade:

3.7.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.8. Da Garantia da Contratação:

3.8.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

3.9. Condições e Especificações da Garantia do Serviço:

3.9.1. Será aplicada ao serviço somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.9.2. Durante toda a vigência contratual, a Contratada deverá assegurar, sem ônus adicional para a Administração, a adequada prestação dos serviços e o pleno funcionamento dos equipamentos disponibilizados, observadas as condições estabelecidas neste

Termo de Referência.

3.10. Da Vistoria

3.10.1. A vistoria prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização.

3.10.2. A vistoria pode ser substituída por declaração formal do fornecedor, assinada pelo seu responsável técnico, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação.

3.10.3. A não realização da vistoria prévia pelo fornecedor interessado ou a não apresentação de declaração formal constante no subitem anterior, acarretará a sua inabilitação no procedimento de contratação.

3.10.4. O fornecedor que desejar realizar visita deverá agendar dia e horário específico, até 01 (um) dia antes da abertura do procedimento de contratação, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.

3.10.5. A vistoria será acompanhada por pelo menos 02 (dois) servidores, designados no momento da vistoria, e será realizada nas seguintes condições:

3.10.5.1. Agendamento da vistoria pelo e-mail: sre.barcacena.compras@educacao.mg.gov.br, com pelo menos 24 horas de antecedência, de segunda a sexta-feira, no período de 8h30 a 16h30.

3.10.6. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos porventura disponibilizados, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Prazo e Condições da Prestação do Serviço:

4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1.1. Início da execução do objeto: a Contratada deverá iniciar a instalação dos equipamentos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente, devendo realizar a instalação, configuração e os testes necessários ao pleno funcionamento da solução, de modo a assegurar o início do monitoramento após a conclusão e o aceite da instalação pela Contratante.

4.1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

I - conforme item 1.4

4.1.1.3. Cronograma de realização dos serviços: os serviços de monitoramento eletrônico serão prestados de forma contínua e ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência contratual, observados os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

4.2. Do Local e Horário da Prestação do Serviço:

4.2.1. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: Avenida Bias Fortes, 02, Centro, Barbacena/MG - CEP 36.200-068, no horário de 24 horas por dia, de forma contínua pelo período de vigência do contrato.

4.3. Dos Materiais a Serem Disponibilizados:

4.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1 deste Termo de Referência, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário, conforme item 1.4 deste Termo de Referência.

4.4. Do Regime de Execução:

4.4.1. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

4.5. Da Instalação dos Equipamentos:

4.5.1. Os equipamentos e materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.5.2. A instalação e configuração do sistema de segurança eletrônica serão realizadas pela CONTRATADA, em horário previamente acordado com o CONTRATANTE, compreendendo montagem, fixação, interligação, alimentação elétrica, configuração, testes e colocação em funcionamento dos equipamentos.

4.5.3. Caberá à CONTRATADA fornecer, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, toda a mão de obra, materiais, acessórios, ferramentas, equipamentos e infraestrutura necessários à completa instalação e funcionamento do sistema, incluindo cabeamento, conectores, conduítes, canaletas ou outros elementos necessários à adequada proteção e organização da instalação.

4.5.4. Os cabos deverão ser instalados de forma protegida, organizada e devidamente identificada, não sendo admitida a existência de cabeamento exposto que comprometa a segurança, o funcionamento ou a estética do ambiente.

4.5.5. Os sensores, câmeras e demais equipamentos deverão ser posicionados de forma a proporcionar o melhor desempenho do sistema, considerando as características e a disposição dos ambientes da SRE Barbacena, mediante definição e validação dos pontos de instalação junto à CONTRATANTE.

4.5.6. Eventuais danos causados ao imóvel durante a instalação, manutenção ou desinstalação dos equipamentos deverão ser reparados pela CONTRATADA, com acabamento compatível com as superfícies existentes.

- 4.5.7. A instalação, configuração, manutenção e eventual substituição dos equipamentos deverão observar as normas técnicas aplicáveis e as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.5.8. Concluída a instalação, a CONTRATADA deverá realizar testes de funcionamento de todos os equipamentos e sistemas, incluindo sensores, alarmes, câmeras, DVR, monitor, conectividade e comunicação com a central de monitoramento, garantindo a plena operação da solução.
- 4.5.9. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, os equipamentos e sistemas em condições adequadas de funcionamento, realizando, sem ônus adicional, os serviços de manutenção preventiva e corretiva e a substituição de equipamentos ou componentes que apresentem defeito ou falha.
- 4.5.10. Após a instalação ou realização de serviços de manutenção, a CONTRATADA deverá retirar os materiais, resíduos e entulhos decorrentes dos serviços, mantendo o local limpo e organizado e providenciando a destinação adequada dos resíduos gerados.
- 4.5.11. Os equipamentos disponibilizados em regime de comodato permanecerão de propriedade da CONTRATADA, cabendo-lhe sua guarda, manutenção, substituição e retirada ao término da contratação, ressalvadas as responsabilidades atribuídas ao CONTRATANTE.
- 4.5.12. A CONTRATADA deverá fornecer os manuais e orientações necessárias à utilização dos equipamentos e sistemas, bem como orientar os servidores indicados pela CONTRATANTE quanto aos procedimentos básicos de operação.
- 4.5.13. Os serviços de monitoramento remoto serão prestados ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência contratual, por central de monitoramento da CONTRATADA, mediante acompanhamento dos sinais de alarme e das imagens disponibilizadas pelo sistema.
- 4.5.14. A CONTRATADA deverá estabelecer e manter procedimentos para o tratamento das ocorrências identificadas pelo sistema, contemplando, conforme a natureza do evento, situações de intrusão, violação de ambientes, acionamento de alarme, sinal de pânico e demais ocorrências detectadas pelos equipamentos.
- 4.5.15. O sistema deverá permitir o gerenciamento de senhas e contrassenhas, de forma a possibilitar a identificação e validação dos usuários autorizados e o adequado tratamento dos eventos de ativação e desativação do sistema de alarme.
- 4.5.16. A ativação e a desativação do sistema de alarme serão realizadas por servidores ou usuários previamente autorizados e habilitados, mediante procedimentos e horários previamente definidos pela CONTRATANTE, ou conforme programação estabelecida para a unidade.
- 4.5.17. A CONTRATADA deverá acompanhar os eventos de ativação e desativação do sistema, identificando situações de acionamento fora dos padrões previamente estabelecidos e adotando os procedimentos de verificação e comunicação definidos para cada ocorrência.
- 4.5.18. Em caso de acionamento do sistema de alarme, sinal de pânico, identificação de intrusão ou outra ocorrência que demande atendimento presencial, a CONTRATADA deverá adotar imediatamente os procedimentos de resposta previstos e, quando necessário, disponibilizar viatura e equipe para atendimento no local, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos.
- 4.5.19. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE as ocorrências que demandem seu conhecimento ou providência, utilizando os meios de comunicação previamente estabelecidos.
- 4.5.20. Sempre que caracterizada situação de invasão, arrombamento ou outra ocorrência que possa representar risco ao patrimônio ou às pessoas, a CONTRATADA deverá adotar as providências previstas em seus procedimentos operacionais e, quando cabível, comunicar os contatos indicados pela CONTRATANTE e acionar os serviços públicos competentes.
- 4.5.21. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre todas as informações, imagens, registros, senhas, dados e demais informações a que tiver acesso em razão da execução dos serviços, utilizando-os exclusivamente para as finalidades da contratação.
- 4.5.22. Ao final da instalação, a CONTRATADA deverá entregar o sistema em pleno funcionamento, com todos os equipamentos devidamente instalados, configurados, identificados e testados.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Do Recebimento:

- 5.1.1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.
- 5.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 5.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 5.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais

pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.1.5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo (s) detalhado (s) que comprove (m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até **10 (dez)** dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.9. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do Contratado pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2. Da Avaliação da Execução do Objeto:

5.2.1. A avaliação da execução do objeto será realizada mensalmente pela fiscalização do contrato, mediante verificação do cumprimento das especificações, condições e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2.2. Para fins de medição, serão considerados, especialmente, a continuidade e disponibilidade do monitoramento eletrônico, o adequado funcionamento dos sistemas de alarme e vídeo vigilância, a gravação e o armazenamento das imagens, a conectividade, a manutenção dos equipamentos e o atendimento das ocorrências e acionamentos de alarme, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.2.3. As ocorrências de falhas, indisponibilidades ou execução em desconformidade deverão ser registradas pela fiscalização, com indicação das providências adotadas pela Contratada e, quando cabível, do período de indisponibilidade ou da parcela do serviço afetada.

5.2.4. O pagamento será realizado mensalmente após o ateste da execução dos serviços, observados os critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação de eventual glosa proporcional à parcela do serviço não executada ou executada em desconformidade, quando devidamente apurada.

5.2.5. A ocorrência de falhas ou desconformidades não afastará a responsabilidade da Contratada pela regularização da execução, sem prejuízo das medidas administrativas e contratuais cabíveis.

5.3. Da Liquidação:

5.3.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do serviço e respectivo aceite do Contratante.

5.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.3.2.1. O vencimento;

5.3.2.2. A data da emissão;

5.3.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.3.2.4. O período respectivo de execução do objeto;

5.3.2.5. O valor a pagar; e

5.3.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.3.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4. Do Pagamento:

5.4.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.4.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação

do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

5.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.4.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

5.4.6.1. Não produza os resultados acordados;

5.4.6.2. Deixe de executar, ou não execute com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.4.6.3. Deixe de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilize-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.5. Da Antecipação do Pagamento:

5.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total.

6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Ao término da contratação, a Contratada deverá realizar a desinstalação e retirada dos equipamentos de sua propriedade, bem como a adequada recomposição dos locais eventualmente afetados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. Antes da retirada dos equipamentos e do encerramento dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar à Contratante, em meio e formato tecnicamente adequados, os registros de imagens cuja preservação seja necessária, referentes ao período definido pela Administração, assegurando sua integridade e acessibilidade.

6.3. A Contratada deverá manter os registros e imagens disponibilizados à Contratante pelo prazo necessário à conclusão da transferência, não podendo eliminá-los ou inutilizá-los antes da confirmação do recebimento pela Administração.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**7.1. Regras Gerais:**

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. Da Fiscalização do Contrato:

7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133,

de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.2.10. Além das atribuições previstas nesta cláusula, a fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços de monitoramento eletrônico, verificando, especialmente:

7.2.10.1. o funcionamento regular das câmeras, sensores, central de alarme, DVR e demais equipamentos disponibilizados para a execução do objeto;

7.2.10.2. a efetiva realização do monitoramento eletrônico e a disponibilidade dos sistemas durante o período contratado;

7.2.10.3. a qualidade e a continuidade da gravação e do armazenamento das imagens, observados os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e no contrato;

7.2.10.4. o atendimento das ocorrências e dos acionamentos de alarme, inclusive quanto à disponibilização de viatura para atendimento presencial, quando necessária;

7.2.10.5. a realização, pela Contratada, das manutenções preventivas e corretivas, substituições e ajustes dos equipamentos, sempre que necessários à continuidade e à adequada prestação dos serviços;

7.2.10.6. a comunicação tempestiva pela Contratada de eventuais falhas, indisponibilidades ou situações que possam comprometer a segurança, o monitoramento ou a gravação das imagens;

7.2.10.7. o cumprimento dos prazos estabelecidos para atendimento de chamados, correção de falhas e restabelecimento dos serviços, conforme definidos neste Termo de Referência e no contrato;

7.2.10.8. a manutenção dos equipamentos e sistemas em condições adequadas de funcionamento durante toda a vigência contratual, sem prejuízo das demais obrigações atribuídas à Contratada.

7.3. **Da Gestão do Contrato:**

7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.9. Além das atribuições previstas nesta cláusula, o gestor do contrato deverá acompanhar, com apoio do fiscal do contrato, a adequada execução dos serviços de monitoramento eletrônico, especialmente quanto à continuidade da prestação dos serviços, ao atendimento das ocorrências, à manutenção dos equipamentos disponibilizados em comodato e ao cumprimento dos níveis de serviço, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

7.4. **Do Preposto:**

7.4.1. A Contratada deverá indicar preposto responsável pela interlocução com a Administração e pelo acompanhamento da execução contratual, especialmente para o tratamento de ocorrências, chamados, manutenções e demais questões relacionadas à execução do objeto.

8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO** por lote.

8.1.1. O fornecedor somente poderá oferecer lance de **valor inferior** em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances.

8.1.2. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$10,00 (dez reais)**.

8.2. **Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:**

8.2.1. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação.

8.3. **Da Prova de Conceito (PoC):**

8.3.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

9. **HABILITAÇÃO**

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1.1. **Habilitação Jurídica:**

9.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF-DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015;

9.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

9.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.1.12. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do

certame.

9.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.1.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

I - A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

II - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.1.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

9.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

9.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

9.1.4. Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:

9.1.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

9.1.5. Declaração:

9.1.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

9.1.5.2. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

9.1.6. Habilitação de Consórcios:

9.1.6.1. No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.6.2. Deverão ser apresentados os documentos previstos no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

9.1.6.3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.

9.1.6.4. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 9.1.6.1.

9.1.6.5. Apenas os consórcios compostos exclusivamente por beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto 47.437, de 26 de junho de 2018 poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que a soma do faturamento das empresas consorciadas não ultrapasse o limite previsto no inciso II, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.1.6.6. Não é permitido que uma empresa, consorciada simultaneamente em mais de um consórcio ou de forma isolada, participe do mesmo procedimento de contratação.

9.1.6.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no procedimento que originou o contrato.

9.1.7. Habilitação de Cooperativas:

9.1.7.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- g) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: i) ata de fundação; ii) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; iv) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; v) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e vi) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Do Contratante:

- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.
- 10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência.
- 10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.
- 10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.
- 10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 10.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.
- 10.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 10.1.14. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
- 10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. Do Contratado:

- 10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
- 10.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos

que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

10.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

10.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

10.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

10.2.13. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.

10.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou fornecedor que:
- 11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
 - 11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
 - 11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento e execução do contrato;
 - 11.1.9. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
 - 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
 - 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
 - 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
 - 11.2.4. **Multa**: moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no § 9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9. Em observância ao disposto no § 1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 11.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa

jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$17.600,08 (dezessete mil e seiscentos reais e oito centavos), conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 25698, de 14/01/2026, relativa ao exercício financeiro vigente.

13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: **1261.12.368.169.2064.0001.339039.62.0.10.1**

13.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rosana Margarida de Carvalho Vicentini

Masp 1.398.522-1

Responsável pela Elaboração

Patrícia Russo Coelho Lima

Masp 976.549-6

Responsável pela Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Margarida de Carvalho Vicentini, Servidora Pública**, em 19/10/2026, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Russo Coelho Lima, Superintendente Regional de Ensino**, em 23/10/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **149973111** e o código CRC **8154A862**.